



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão Art. 24, II  
Constituição e Justiça e de Redação  
Em 23/03/99  
PRESIDENTE

**PROJETO DE LEI N.º 358/99**  
**(DEPUTADO ENIO BACCI)**

*Altera o foro competente para  
ações por emissão de cheques  
sem fundo, e dá outras  
providências.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Acresce parágrafo 4º ao artigo 171 do  
Decreto Lei n.º 2.848 de 07/12/1940 (Código Penal):

**Art. 171** .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - .....

VI - emite cheques sem suficiente provisão de  
fundos em poder do sacado, ou frustra pagamento.

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º - *o foro competente para o julgamento  
do delito, previsto no inciso VI, é o local onde se deu a emissão  
do respectivo cheque, ou domicílio da vítima.*



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### ***JUSTIFICATIVA***

A súmula 521 do STF prevê como foro competente para ação penal, no caso de estelionato, o local onde se deu a recusa do pagamento.

Este projeto inverte a competência para o local onde se deu a emissão do cheque ou domicílio da vítima.

Portanto, se possibilita a opção do foro, pelo lesado, evitando muitas vezes a necessidade da vítima ter gastos exagerados para intentar ação e acompanhar processos em municípios distantes e às vezes até em Estados da federação diversos, ocorrendo dupla penalização e prejuízo da vítima.

Sala das sessões, / / 99.

23/03/99

**Deputado ENIO BACCI**  
**PDT/RS**



## **CÓDIGO PENAL**

**DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940**

.....

### **PARTE ESPECIAL**

.....

#### **TÍTULO II Dos Crimes Contra o Patrimônio**

.....

#### **CAPÍTULO VI Do Estelionato e outras Fraudes**

##### **- Estelionato**

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

.....

##### **- Fraude no pagamento por meio de cheque**

VI - emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

§ 3º A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

.....

.....

**“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI”**



**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**SÚMULA 521** – O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.